

**ATA Nº. 24 - REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS
ELEITORAIS DO BRASIL
PORTO VELHO/RO – 29/08/2002**

Ata da vigésima quarta Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, ocorrida no período de vinte e nove a trinta e um de agosto de dois mil e dois em Porto Velho-RO.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, no Auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta cidade de Porto Velho, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em seu XXIV Encontro, sob a presidência do Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, com a presença dos seguintes presidentes participantes: AC – Des^a. Miracele de Souza Lopes Borges; AM – Juiz Hugo Fernandes Levy Filho (Representante); AP – Des. Mário Gurtyev de Queiroz ; CE – Des. José Eduardo M. de Almeida ; DF – Des. Lécio Rezende da Silva; ES – Des. Adalto Dias Tristão; GO – Des. Roldão Oliveira de Carvalho; MG – Des. Antônio Hélio da Silva; MS – Des. Rubens Bergonzi Bossay; MT – Des. Rubens de Oliveira Santos Filho; PA – Des. João Alberto Castello Branco de Paiva; PB – Juiz Harrison Alexandre Targino; PE – Des. Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho; PI – Des. João Batista Machado; PR – Des. Moacir Guimarães; RJ – Juiz Márcio Aluisio Pacheco de Mello (Representante); RN – Des. Manoel dos Santos; RO – Des. Valter de Oliveira; RR – Des. Ricardo de Aguiar Oliveira; RS – Des. Marco Antônio Barbosa Leal; SC – Des. Anselmo Cerello; SE – Des. Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila; SP – Des. José Mário Antônio Cardinale; TO – Des. José Liberato Póvoa Costa. À Mesa dos trabalhos encontravam-se as autoridades: Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Des. VALTER DE OLIVEIRA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e efetivo anfitrião do evento; Procurador Geral do Estado Dr. REGINALDO VAZ DE ALMEIDA, neste ato representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Des. EURICO MONTENEGRO JÚNIOR, neste ato representando o Exmo. Sr. Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de

Rondônia; Des^a ZELEITE ANDRADE CARNEIRO, Vice-Presidente e Corregedora do TRE/RO; Exmo Sr. Deputado NATANAEL JOSÉ DA SILVA, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia; Exmo Sr. Dr. JOSÉ VIANA ALVES, Procurador Geral de Justiça; Exmo Sr. Dr. FRANCISCO DE ASSIS MARINHO, Procurador Regional Eleitoral; Dr. DEMÉTRIO LAINO JUSTO FILHO, neste ato representando o Presidente da OAB – Seccional Rondônia. Inicialmente, o Excelentíssimo Senhor Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO declarou aberto dos trabalhos do “XXIV Encontro do Colégio de Presidentes os Tribunais Regionais Eleitorais”, e prosseguindo, passou, simbolicamente, a presidência dos trabalhos para o Des. VALTER DE OLIVEIRA, que agradeceu a presença das autoridades, servidores e demais pessoas presentes e proferiu o seguinte discurso: “Em primeiro lugar, gostaria de externar minha incomensurável alegria em poder recepcionar a todos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e suas comitivas, bem como os doutos Palestrantes, em nosso jovem estado de Rondônia, e minha enorme satisfação ao constar que a maioria dos Membros do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil ausentaram-se de suas nobres tarefas judicantes, em seus estados e tribunais, para nos prestigiar com suas presenças, dando maior magnitude a este evento. A todos que não mediram esforços – nem o cansaço da longa viagem aérea – fazendo-se presentes em nossa terra, meu muito obrigado! Por outro lado, temos certeza de que os colegas dos Estados de Alagoas, da Bahia e do Rio de Janeiro não puderam se fazer presentes por motivos inadiáveis, quer no âmbito profissional, quer no âmbito particular. Em relação a esses colegas magistrados, fica a esperança de ainda poder recebê-los um dia em nosso rincão amazônico. Em segundo lugar, necessito manifestar meus agradecimentos ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça, a Termonorte, que através do artista plástico Yang nos proporcionou esta beleza de cenário – uma alusão à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. À Brasil-Telecom também agradeço porque fez editar um cartão telefônico personalizado, permitindo que este momento grandioso fique marcado por toda a história. Todos que num gesto de desprendimento, grandeza e visão pública, conosco formaram parcerias, as mais diversas, para que pudéssemos

sediar em solo rondoniense esse encontro, reunindo os Presidentes do Judiciário Eleitoral Nacional.. A todos que, por pura benevolência, confiaram em nossa empreitada inovadora, nosso muito obrigado. Em terceiro lugar, quero fazer um agradecimento especial à equipe de abnegados servidores do TRE de Rondônia, que tudo fizeram para que este Encontro fosse possível e que, tenho certeza, continuarão trabalhando para que transcorra com organização e êxito plenos. Muito obrigado a todos vocês. Excelentíssimos Desembargadores Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, doutos palestrantes, Autoridades do Executivo e do Legislativo, Autoridades Militares, membros da Magistratura, do Ministério Público Federal e Estadual e da Advocacia, servidores do eleitoral, senhoras e senhores. No mês de março do ano de 1982, uma equipe de juízes, desembargadores e juristas reuniram-se, sob a presidência do Desembargador Darci Ferreira, para realizarem a primeira eleição do recém elevado Estado de Rondônia, criado por uma Lei Complementar de 1981. Essa equipe ilustre registra nomes que no futuro se projetariam no cenário jurídico de nosso País, como o do Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão, na época Juiz Federal, bem como no cenário estadual, dos quais cito como exemplo o Desembargador Eurico Montenegro Júnior, decano do Tribunal de Justiça de Rondônia e atual Presidente de nossa Associação de Magistrados, juiz naquela época, e , por fim, do advogado Heitor Magalhães Lopes. Para se ter uma idéia da grandiosidade da obra desses pioneiros, senhoras e senhores, basta dizer que o TRE de Rondônia não contava ainda com quadro de servidores próprio e, com a ajuda de apenas 12 (doze) funcionários requisitados, realizou a primeira eleição organizada pelo Regional Rondoniense e, diga-se de passagem, o fez com sucesso. A façanha se agiganta ainda mais quando descobrimos que o jovem estado possuía – e ainda possui - localidades situadas a mais de 1000 km da capital e que, na época, contava com apenas 12 (doze) zonas eleitorais e tinha como juízes, na sua maioria, os hoje desembargadores do TJ/RO. O destino, na ocasião, premiou-me com a Comarca de Vilhena – 4a. zona eleitoral. Na época, em todo o território rondoniense, havia 233.944 eleitores. Entretanto, o povo estava orgulhoso com a criação do Estado, que começava a

escrever sua própria história. E esse povo esperava muito da Justiça Eleitoral, até mesmo pelo símbolo rondoniense que ela representava. Hoje, em considerando a tecnologia de que se dispunha na época, é até difícil acreditar que a missão foi levada adiante. Uma empreitada tão ambiciosa, mas que, com a dedicação de todos, foi cumprida. O Jornal Alto Madeira, na edição de 20 de novembro de 1982, estampou a seguinte Manchete na primeira página, destacando a frase do então Presidente, Desembargador Darci Ferreira: "Fizemos uma grande eleição." Sou, como a maioria dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, testemunha desta primeira eleição, de todas as dificuldades e carências que nos foram impostas. Se o próprio Tribunal não possuía a mínima estrutura, imagine-se a situação dos 12 (doze) juízes eleitorais espalhados pelo Estado. Sinceramente, senhoras e senhores, achamos que fatos dessa magnitude devem sempre ser lembrados, até porque - sob as não raras críticas a que são submetidos - mostram o que as pessoas que compõem o Judiciário desse País são capazes de fazer para a sociedade na qual elas estão inseridas. Analisando esse fato histórico, percebemos que esses inovadores de vinte (20) anos atrás menosprezaram quaisquer dificuldades ou limitações, características tão percebidas nos que estão comprometidos com a justiça, o direito e a cidadania. Sonhamos que o Estado que vimos nascer e que ajudamos a construir, apesar da pífia estrutura física, seria erigido por homens de valor; Sonhamos que os grandes atos, senão proporcionados por equipamentos e parafernalias mecânicas ou eletrônicas, são levados a cabo por pessoas vestidas de vontade e coragem para realizá-los; Sonhamos que um grupo de pessoas reunidas sob esses mesmos propósitos não seria apenas um amontoado de gente, mas uma equipe obstinada a levar a cabo as metas traçadas; Sonhamos, sobretudo, que aquele jovem estado que recém nascido forjar-se-ia forte, pujante e desenvolvimentista. O tempo provou, senhoras e senhores, que, como todos os visionários, estávamos certos: aquele rincão perdido no interior da grandiosa Amazônia, cercado de floresta por todos os lados, com uma estrutura mínima herdada de um Território Federal, distante dos grandes centros, sem comunicação, sem transporte, sem hospitais, sem escolas, sem quase nada, tendo, porém, como condutores da história, um

povo de espírito pioneiro e sobretudo guerreiro. Sempre enfrentando com bravura as adversidades, que não foram poucas; aquele jovem estado, tal como a crisálida, transformou-se. No período de 20 (vinte) anos, lapso extremamente ínfimo para a história, o Estado de Rondônia se fez forte e pujante, sendo hoje destaque entre os demais Entes Federados. Dono de uma agricultura variada, praticada pelos migrantes de toda parte do país, principalmente do Sul, de uma forte pecuária, favorecida por um relevo suave, ambas expressivas no cenário nacional, além de uma variedade de frutas e produtos tipicamente amazônicos que ganham espaço nos mercados mais exigentes, o estado começa a industrializar seus próprios produtos, mostrando também uma vocação industrial ímpar. Registre-se ainda que nossas belezas naturais começam a ser propagadas na mídia nacional, atraindo turistas originários de todas as partes do País e até do exterior. Podemos citar, apenas como modelo, o encantamento do Vale do Rio Guaporé e do Lago do Cuniã, verdadeiros paraísos naturais com águas cristalinas, ecossistemas habitados por uma fauna extremamente diversificada, no qual se encontra o famoso berçário das tartarugas. Nossos monumentos históricos que pintam quadros expressivos na história do Brasil também são alvos da curiosidade e admiração dos turistas. Destaca-se a famosa Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ligação ferroviária entre o Brasil e Bolívia, como parte do pagamento da aquisição da área boliviana e que viria a se transformar no valoroso estado co-irmão, do Acre, nosso ilustre vizinho. A ferrovia entraria para os livros de história como “A Estrada da Morte” em função da grande quantidade de vidas que foram ceifadas de seus construtores, vítimas da malária e das flechas dos índios. O cenário estilizado que decora este ambiente acolhedor, representa este quadro mais famoso de nossa história. Destaca-se, ainda, o Real Forte Príncipe da Beira, construção militar da Coroa Portuguesa, característica do século XVIII destinada à defesa do território noroeste brasileiro das invasões espanholas naquela região de fronteira. Foi edificado no período de 1776 a 1783, às margens direitas dos Rios Guaporé e Mamoré, área que já pertenceu ao Município de Guajará-Mirim e hoje encontra-se dentro perímetro do Município de Costa Marques. Todos os que aqui vêm atraídos por essas belezas, acabam

provando nossas iguarias regionais, bem como nossos peixes de sabor ímpar, entre os quais destacamos, por sua suavidade e paladar refinado, o tambaqui, o dourado e a jatuarana. É fatal: dos que têm o prazer de provar, muitos elogios e uma promessa de retorno breve. Recomendamos aos senhores que ainda não conhecem que não deixem nosso Estado sem desfrutar dessas delícias. Pois bem, como dizíamos, a estrutura estatal cresceu junto com o povo, e já contamos com 53 municípios. O Poder Judiciário não descuidou de seu papel histórico. Hoje o Tribunal de Justiça do Estado possui 20 (vinte) comarcas instaladas, com juízes titulares em todas elas, sendo que outras duas, a de Buritis e de São Miguel, encontram-se em fase de instalação. Nesse quadro de pujança, não podemos deixar de destacar a Justiça Eleitoral; antes pequena em estrutura, mas já servida por homens de elevado espírito e empreendimento público, fato que vem se repetindo no tempo. Atualmente, o TRE de Rondônia possui esta sede própria – que nos abriga a todos nesta noite – que atende suas necessidades, senão com luxo e ostentação, mas com extrema funcionalidade e racionalidade, ademais critérios esses que sempre devem nortear as obras erigidas com os recursos do erário público. Na capital, estamos concluindo a construção do prédio que abrigará a sede das 07 (sete) zonas eleitorais – situada aqui mesmo no terreno do TRE, como os senhores já devem ter constatado. Nesse local, funcionará nossa Central de Atendimento ao Eleitor. No interior, possuímos dois (02) cartórios instalados em sede própria. Neste ano, iniciaremos a construção de outra sede em Ouro Preto do Oeste e no ano 2003 mais 04 (quatro): Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Espigão do Oeste e Colorado do Oeste. Num futuro próximo, teremos todos os 32 (trinta e dois) cartórios instalados em sedes da Justiça Eleitoral, acabando de vez com a dependência nem sempre salutar do Poder Executivo Municipal ou da benevolência do Tribunal de Justiça do Estado. Para registro, nosso cadastro atual é de 882.545 eleitores e faremos um trabalho para que no ano de 2003 cheguemos à casa um milhão de eleitores. Como se pode ver, senhoras e senhores, continuamos sonhando, como em 1982, e felizes por ainda ser possível oferecer nossa parcela de contribuição na construção da história deste jovem estado. Talvez seja essa nossa marca: sonhos e empreendimentos! Se

assim não fosse, como explicar a ação inédita de reuni-los nesse cantinho do Brasil? Ter a honra e a alegria de hoje poder receber a parcela mais representativa do Poder Judiciário Eleitoral do Brasil e ter a certeza de que não a desapontaremos, nem envergonharemos nosso estado? Respondo às senhoras e aos senhores: Porque não estamos sozinhos nessa empreitada. Contamos com o apoio de nosso povo, hospitaleiro e ordeiro, com vocação para o desenvolvimento e as grandes metas. Ele, assim como nós, é sabedor que a história deste estado se constrói pela relevância de atos dessa envergadura e sentem-se à altura dessa empreitada. Senhoras e senhores, não busquei o exemplo das dificuldades que permearam o início da Justiça Eleitoral deste Estado por mero acaso. Sou sabedor que a esmagadora maioria dos senhores hoje aqui presentes são conhecedores, senão testemunhas ou mesmo responsáveis por histórias de idêntica grandeza. A bem da verdade, o fiz por Justiça e admiração aos pioneiros do TRE/RO. Desejei trazer à reflexão uma situação concreta que aflige a todos nós, responsáveis em nossos estados pela realização da maior eleição que este País já teve: refiro-me às limitações orçamentárias impostas pelo Executivo Federal para as eleições deste ano. Entendo que o Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais do Brasil aqui reunido nos dias 29 a 31 de agosto, necessita incluir em sua extensa pauta de discussão esse assunto, deliberando medidas de cobrança, enérgicas e efetivas, ao Executivo Federal para que seja recomposto o orçamento original proposto pela Justiça Eleitoral, de acordo com as necessidades de cada Regional, medida vital para a realização de uma eleição com os mínimos padrões de racionalidade e segurança. Talvez a sociedade não seja sabedora da complexidade que cerca a organização de uma eleição na proporção do Brasil: São tantas as diferenças regionais; distribuir as urnas através de barcos, aviões, hidro-aviões, helicópteros; organizar os locais de votação tendo que reconstruir, em muitos lugares, as instalações elétricas destruídas das escolas públicas, instalar e treinar todo o pessoal dos cartórios, responsáveis pela operação dos sistemas eleitorais, que mudam a cada ano, proporcionar treinamento e as mínimas condições no dia das eleições para mais de dois milhões de mesários e todo o pessoal não-habitual envolvido com o processo

eleitoral, transmitir com eficiência e segurança os dados após a conclusão das votações, utilizando-se de recursos dos mais modernos. Isso, só para citar alguns componentes da máquina que é montada para que o eleitor possa apenas chegar até o local de votação, dirigir-se a urna e apertar os botões. A Justiça Eleitoral dirige todo esse sistema e procura fazer com que, a cada eleição, o eleitor reclame apenas da fila que encontra para votar. É impossível aceitar o argumento de que não há recursos para a Justiça Eleitoral, órgão institucional responsável pela garantia e operacionalização dos mecanismos constitucionais de alternância de poder, princípio basilar do regime republicano. Não é possível que a equipe econômica acomode-se no argumento de que a Justiça Eleitoral está consumindo muitos recursos. Se “a democracia é muito cara”, perguntamos: “quanto custa uma ditadura?” Essa resposta é sabida pela sociedade brasileira. Essa conta, nunca mais! Proponho que nesse Encontro seja assinada por todos a Carta de Porto Velho, na qual reafirmaremos essas preocupações e alertaremos o Poder Executivo Federal para as situações perigosas que poderão advir em decorrência dos cortes orçamentários impostos. Porém, senhoras e senhores - e aqui me dirijo especialmente a todos aqueles representantes da sociedade que não fazem parte do Poder Judiciário e que esperam da Justiça Eleitoral aquilo que seria naturalmente esperado: que ela organize e conclua com êxito as Eleições de 2002. Tenham a certeza, senhoras e senhores, que, mesmo que o Executivo Federal mantenha sua atitude orçamentária restritiva, colocando em sérias dificuldades a realização dessas eleições: nós a faremos! Não por vaidade ou mesmo por magia. Faremos, porque temos conosco o exemplo vivo daqueles pioneiros sonhadores que aqui me referi, e que os senhores, tenham certeza, ajudaram a construir o espírito de brasilidade que domina todo o Poder Judiciário e em especial a Justiça Eleitoral do Brasil. Muito obrigado a todos.” Devolvendo a presidência dos trabalhos ao Des. Jamil de Miranda Gedeon este proferiu o discurso nos seguintes termos: “Inicialmente gostaria de destacar a importância destes nossos Encontros para o aperfeiçoamento do processo eleitoral. E este momento não poderia ser mais apropriado e oportuno para novamente estarmos reunidos, quando nos encontramos às vésperas do que

serão as maiores eleições deste País. Certamente assuntos não faltarão para trazermos à apreciação e discussão por esse respeitável Colégio que tenho a honra de presidir. Talvez até nos falte tempo, pois a multivariada de temas que poderíamos tratar é bem ampla e constantemente renovada. Tenho a absoluta certeza que a Justiça Eleitoral brasileira muito já se enriqueceu com os resultados destes Encontros. É esta a primeira ocasião que esse grande evento aqui se realiza e o desejo de todos nós é que a versão de agora seja tão ou bem mais sucedida que as anteriores. E não temos dúvida que assim será, porque esta é a determinação e a vontade do Des. Valter de Oliveira, nosso grande anfitrião, homem de reconhecida competência e fidalguia a toda prova, que tem agraciado com gentilezas a todos nós, desde o momento que pisamos nesta terra do Guaporé. Sob sua jurisdição estaremos nos próximos três dias. Quase todos que chegamos até aqui percorremos um longo trajeto, mas que nos dias de hoje torna-se curto no tempo pela facilidade dos transportes aéreos, se comparado à aventura dos pioneiros que desbravaram estas terras. É difícil para mim, tão acostumado às tentações tecnológicas deste milênio, imaginar como teria sido, no início do século XVIII, quando portugueses, partindo de Belém, subiram o rio Madeira até o rio Guaporé em busca de ouro. Como teria sido a saga das explorações de bandeirantes que passaram pelo vale desse rio em busca das riquezas minerais da nova área descoberta. Ou mesmo como foi a primeira intervenção estatal aqui realizada, já no último quartel do século XVIII, aí pelo ano de 1770, quando, no governo de D. José I, o seu poderoso Ministro, o Marques de Pombal, para proteger as fronteiras do Brasil das seguidas ameaças de invasões estrangeiras, decidiu sobre a vinda dos primeiros colonos da ilha dos Açores e determinou a remarcação das fronteiras com a Bolívia, após a redefinição dos limites entre Portugal e Espanha, realizada através dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. Para fazer uma idéia mais precisa deste quadro resolvi me valer dos amigos e contei com o precioso auxílio do Desembargador Milson Coutinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, grande pesquisador que, como ele mesmo diz, tem como maior diversão colecionar coisas velhas da nossa história. Mostrou-me a planta da "Real Fortaleza Príncipe da Beira" e o desenho de um

outro forte denominado “Forte de Bragança”, precisamente aqui, à margem direita do Rio Guaporé. Além disso, vi também gravuras de aldeamento de índios, desenhos de uma vila com ruas bem traçadas. Se para alguns Rondônia poderia ser onde o Brasil termina, para mim é melhor dizer que aqui tem sido o começo de muitos “Brasis”. Dos ciclos do telégrafo, da borracha, do estanho e do ouro. Da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Da BR-29 (hoje BR-364). Das novas fronteiras agropecuárias. Rondônia é a face de um novo Brasil, de muitos imigrantes e dos grandes empreendedores. E o que é mais bonito: com o topônimo Rondônia, homenagem mais do que justa ao maior desbravador do Brasil do início do século passado, o Marechal Cândido Rondôn. Mas não fico só nisso. Quando em 1621 foi criado o Estado Colonial do Maranhão, que partia do Ceará até os limites da América Espanhola, lá estava a área de Rondônia destes dias, integrando a terra em que nasci. Por isso, há três séculos, nós maranhenses e os filhos de Rondônia somos conterrâneos. Isso me agrada e me enche de orgulho pois a atual separação política não exclui o sentimento histórico. Razões sentimentais se juntam, portanto, à satisfação profissional de estar presente a esta reunião. E tenho certeza que cada um dos Senhores Presidentes de TRE’s têm motivos prazerosos para participarem deste Encontro, pois Rondônia tem este dom: acolher bem a todos. Aqui sempre existe a possibilidade de reencontro com algum parente que para cá veio ou o contato com um amigo que há muito não via. Devo dizer que comigo também acontece, pois é a oportunidade de rever um particular amigo, o Des. Sebastião Teixeira Chaves, ex-Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, amizade esta iniciada e consolidada nas reuniões do Colégio de Presidentes. Senhoras e Senhores, Excelentíssimos Presidentes de TRE’s; a partir de amanhã passaremos à discussão de palpitantes assuntos da Justiça Eleitoral. A pauta é rica, extensa e atraente não só pela temática que se apresenta como por algumas questões relevantes, que exigem o enfrentamento de desafios que saberemos superar. Estamos há trinta e oito dias das eleições e muitos desafios ainda se mostram. Desafio de otimizarmos os recursos disponibilizados para este pleito. Desafio de demonstrarmos, mais uma vez, que a urna eletrônica, na forma como

originariamente concebida, constitui o melhor e mais seguro instrumento para a apuração da vontade do eleitor. Desafio de fazermos o sistema de votação paralela para comprovar a seriedade com que a Justiça Eleitoral conduz o processo eleitoral. Desafio de absorvermos, ainda que seja apenas neste pleito, assim espero, o retrocesso do voto impresso, que será testado em mais de 20 mil seções de todo o País. Desafio de realizarmos eleições transparentes, onde a vontade de cada um dos 115 milhões de eleitores seja integralmente respeitada e que ele não venha a ser ludibriado no seu processo de escolha. Desafio de divulgarmos com celeridade, mas sem esquecer a segurança, os resultados das maiores eleições já realizadas. Ainda que tantos sejam os desafios, ousou afirmar que não conhecemos quais serão os candidatos vencedores mas já sabemos quem terá a maior das vitórias: a democracia brasileira. Para tanto, desejo finalizar lendo a redação vencedora do concurso promovido pelo TRE do Maranhão, do qual participaram quase 35 mil estudantes da faixa etária de 16 a 18 anos. O tema de redação – “Meu voto não tem preço” – objetivou despertar nos jovens que estarão votando pela primeira vez a importância da escolha livre e consciente, estimulando-os para a criação de um senso crítico contra a compra do voto. Assim, como homenagem à Elaine Leite Silva, estudante de 16 anos de uma escola pública de São Luís, trago aqui a mensagem externada na sua redação Meu Voto Não Tem Preço: ‘Mais uma eleição se aproxima e, como era de se esperar, novamente aparecem as mesmas pessoas, às vezes caras novas, mas com os mesmos discursos, tentando ludibriar os eleitores e fazer com que vendam seus votos por calçados, camisas, promessas de empregos e tantos outros absurdos que acontecem Brasil afora. Desta vez, espero que seja diferente. Não que os candidatos acabem com essas práticas, aliás já começaram, mas que os eleitores, e aí eu me incluo, conscientizem-se de que o voto é valioso demais para ser trocado por bugigangas e falsas promessas. O voto representa a igualdade plena entre as pessoas. O seu peso é o mesmo para os pobres e para os ricos, para os negros e para os brancos, homens e mulheres. Deriva de uma luta histórica pela democracia e contra todo tipo de autoritarismo – quando sangue foi derramado e gritos foram abafados – e traz enraizada a

cidadania do povo, a vontade de participar do destino da Nação e de mudá-lo. Portanto, não se deve reduzi-lo a uma estampa de camisa nem a calçado da moda. Assim, por ser tão valioso, devo admitir que meu voto tem preço. Portanto, candidatos, apresentem suas ofertas. Troco o meu voto não por um quilo de feijão, mas por uma política séria que dê ao homem do campo condições de plantar, colher e vender seus produtos; negocio meu voto não por um emprego, mas por um plano de geração de emprego a todos; comercializo meu voto não por um lápis ou por um remédio, mas por um governo que priorize efetivamente a educação e a saúde, principalmente nas classes menos favorecidas. Por fim, troco o meu primeiro voto por um país melhor.' Muito obrigado!" Ao reabrir os trabalhos às nove horas do dia trinta de agosto de dois mil e dois nas dependências do salão de convenções do Aquárium Selva Hotel, o presidente do Colégio de Presidentes procedeu a alguns avisos e solicitou que todos os participantes se apresentassem. A seguir anunciou o palestrante, Dr. Tales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira, e solicitou ao Des. Valter de Oliveira que apresentasse o curriculum do palestrante, que assim se resumiu: Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais/ Promotor Eleitoral; Professor de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito Oeste de Minas FADOM – Divinópolis/MG; professor de Direito Processual Penal do curso preparatório para o ingresso nas carreiras jurídicas federais/CEAJUFE – Belo Horizonte/ MG e Divinópolis/MG; Professor de Direito Eleitoral do curso de pós – graduação da Fundação Escola Superior do Ministério Público – Belo Horizonte/MG; Professor de direito Eleitoral do curso de pós-graduação da Faculdade de Direito do Oeste de Minas/FADOM – Divinópolis/MG. A palestra teve como tema as "AÇÕES CIVIS ELEITORAIS E A POLÊMICA DA LEI 9.840/99". A segunda palestra do período matutino foi proferida pelo festejado escritor e professor Dr. Olivar Coneglian, que pelo vasto conhecimento no âmbito da Justiça Eleitoral dispensa a inserção de seu curriculum, cujo tema foi "PROPAGANDA ELEITORAL". Inicialmente, proferiu algumas considerações sobre a Urna Eletrônica e sua confiabilidade, bem como sobre a idoneidade da Justiça Eleitoral, enfatizando que o papel desta seria defender o Sistema Eletrônico de coleta dos votos, avanço reconhecido

internacionalmente, sendo descabidos os comentários sobre a sua possibilidade de fraude, justamente no Brasil, país que o desenvolveu, havendo simplesmente a necessidade de aperfeiçoá-lo, diante da evolução tecnológica. Teceu, ainda, comentários sobre a votação impressa, considerando-a um retrocesso em todo o processo de informatização do voto. Reabertos os trabalhos no período vespertino o Des. do PIAUÍ, parabenizou o brilhantismo do palestrante. A Desª Miracele Presidenta do Tribunal Regional Eleitoral do Acre comunicou aos membros do Colégio de Presidentes os incidentes ocorridos em decorrência do indeferimento do registro de candidatura do Governador Jorge Viana que concorre à reeleição, relatando todas as providências já adotadas no sentido de se esclarecer o fato, inclusive audiência pública da Desembargadora. Com o Ministro Sepúlveda Pertence, Vice-Presidente do TSE. O presidente do Colégio de Presidentes e os demais Desembargadores Presidentes dos TREs prestaram apoio e solidariedade à Desª. Miracele de Souza Borges. Reiniciados os trabalhos no período vespertino o Des. VALTER DE OLIVEIRA saudou os Ministros Sepúlveda Pertence e Fernando Neves, dando-lhes boas vindas passaram a debater os assuntos relacionados às próximas eleições. Com a palavra o Ministro Sepúlveda Pertence cumprimentou os eminentes desembargadores. "Lamento sinceramente a estiva desumana em que se transformou o cotidiano do Superior Tribunal Federal, não me tenho permitido com a freqüência que eu gostaria de participar dos encontros dos Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais. Orgulha-me quando me coube presidir o TSE. É ano de Eleições Gerais de 1994. Ter tornando freqüente, quase rotineiras essas reuniões que me pareciam indispensáveis na medida em que constituíamos todos nós, o TSE e os TRE's, partícipes de uma verdadeira aventura. Não há acontecimento nacional comparável às eleições. Não podem sofrer adiamento. E não correr com a normalidade suficiente a não poluir a fonte de legitimação do regime democrático com o qual estamos comprometidos. Satisfaz-me assim que a eventual ausência do Min. Nelson Jobim, haja dado a desculpa necessária à fuga desses dois dias das tarefas do Supremo e do TSE, para esse encontro. A trinta e seis dias das eleições, o momento, em reuniões como essa me parece,

é essencialmente administrativo. E mais, para o TSE, o momento menos de falar do que de ouvir. Estabelecidas as diretrizes gerais de que nos incumbe a lei, cuida-se de realizar com êxito, tranquilidade e confiabilidade, o momento culminante do processo eleitoral que estamos vivendo. E neste momento de execução, de realização, de cuidar das minúcias da alimentação de mesários até a administração dos cotidianos dos milhares de candidatos dos pleitos majoritários e proporcionais que se ferem nos Estados, a responsabilidade primeira é dos Tribunais Regionais Eleitorais. Por isso, mesmo depois de ver pelo programa nesse que já tinha tido momentos de gratificante reflexão intelectual, com palestras realizadas, não teria sentido que nos propuséssemos, o Min. Fernando Neves e eu, a outras palestras, pareceu-nos mais fértil uma conversa sem cerimônia, sem formalidades, ouvir dos TRE's os problemas vividos, as dificuldades já passadas e as dificuldades antevistas e, além da troca de experiências que esses depoimentos trarão de uns para outros, sentir que o TSE, como superintendente dessa tarefa que é sobretudo dos TRE's, poderá ajudar nessa missão difícil, mas honrosa". Posteriormente o Ministro Fernando Neves quando usou da palavra assim se manifestou: "Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui presente nesse convívio que é tão bom. É onde saio muito enriquecido. Porque o direito Eleitoral é a evolução e a aplicação. E os senhores são os donos da bola, porque o TSE serve para fazer Resolução, mas o problema de aplicar é dos senhores. E os senhores sabem onde as nossas resoluções não estão bem e onde nós podemos aperfeiçoar e esta é a nossa obrigação. O Tribunal, os senhores são testemunhas, não tem se recusado a rever qualquer posição que tenha sido adotada e que depois se verifique que não era a melhor. A nossa obrigação é fazer com que a eleição chegue ao fim com uma boa solução. Como bem disse o Ministro Sepúlveda Pertence nós não temos muito o que falar e sim o que ouvir. Vamos tentar ver o que podemos fazer para ajudar. E é para isso que estamos aqui. Eu agradeço a atenção de todos os senhores. Muito Obrigado".

Retomado os trabalhos na manhã do dia trinta e um de agosto de dois mil e dois foram colocados para discussão os temas sugeridos pelos membros do Colégio iniciando-se pela Des^a. Miracele Borges Presidenta do TRE do Acre que inicialmente tratou da questão referente ao pagamento de auxílio alimentação para servidores requisitados, não comissionados. Após a discussão do tema pelos presentes com os esclarecimentos do Presidente do Tribunal do Distrito Federal

Des. VALTER – Passa a presidência dos trabalhos ao Des. Jamil, que faculta a palavra aos demais participantes do encontro.